

Este ano, o primeiro número do ZERO chega com um atraso de quase dois meses. O início das aulas em 21 de março e a indefinição no processo de licitação que define onde vai ser impresso o jornal, foram alguns motivos que contribuíram para isso. Um outro problema - de ordem editorial - que atrasou o jornal em mais uma semana, foi a deflagração da greve na UFSC. A reportagem de ZERO esteve em todos os centros de ensino da universidade, cobriu assembleias de professores e constatou o seguinte: é loucura pensar em

greve quando o assunto principal a ser discutido não é o salário dos professores ou servidores. Enquanto as demais categorias dos servidores públicos federais se recusam a trabalhar frente ao assalto a que estão sendo submetidos os setores estratégicos da nossa economia (Eletrobrás, Telebrás, Petrobrás), os professores universitários demonstram uma absurda indiferença. Indiferença que não atinge os professores da rede pública catarinense, parados desde o dia 24 de abril e que, de acordo com o secretário da Casa Civil, Milton Martini, estão recebendo um

"tratamento diferenciado", seja lá o que isso queira significar. Na penúltima página, o jornal traz uma entrevista com Carla Camurati, diretora de Carlota Joaquina, Princesa do Brasil. O filme, até agora, já pagou todas as despesas de orçamento somente com o dinheiro das bilheterias. Entre seus patrocinadores está a Petrobrás, estatal que muitos dizem ser deficitária. Carlota... é um bom exemplo de que, com esforço e inteligência, tudo é viável no Brasil.

A redação

Florianópolis é a segunda capital do país que mais gasta com seus vereadores. Foram R\$ 26.453,00 reais para manter cada um deles no mês de janeiro, ou R\$ 2,08 pago por cada florianopolitano por mês. Os moradores de Palmas, no Tocantins, ficam com a maior despesa: R\$ 4,81 por habitante, totalizando R\$ 22.777,00 para sustentar um único vereador. A fonte é a revista *Veja*, de 3 de maio.

Os casos de estupro em Florianópolis estão aumentando. Em 94 foram registradas mais de 40 ocorrências e nos primeiros meses de 95 ocorreram oito casos somente no norte da Ilha. A praia dos Ingleses foi a recordista foi em ocorrências. Uma das causas dessa crescente violência, segundo a equipe da 6ª DP, é a migração intensa do interior do Estado para o litoral. A maioria dos estupradores identificados não é de Florianópolis.

Quem está interessado em participar da Internet vai esbarrar na ineficiência e no alto preço pela Embratel. Dos 20 mil candidatos já inscritos no Brasil, apenas 1.500 terão acesso imediato e a um preço absurdo. Uma construtora de Florianópolis desistiu quando a estatal cobrou 600 reais pela assinatura do serviço, mais despesas telefônicas. Nos EUA, onde dezenas de empresas intermediam o acesso à rede, o novo sócio ganha uma bonificação de até 20 horas de uso. Depois, acessando em média duas horas diárias, paga apenas 25 dólares ao mês de telefone.

Começa a se tornar pública a razão da romaria de ambulâncias aos hospitais da capital nos últimos meses. Desta vez, porém, a culpa não pode ser creditada a prefeitos sedentos por votos. Na verdade o propagado Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona no interior. Há dois meses o governo federal cortou drasticamente o número de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) que eram enviadas aos municípios. Sem esse papel os hospitais não aceitam os doentes porque não conseguirão se ressarcir das despesas. A saída é enviar os pacientes a Florianópolis, onde os direitos constitucionais ainda valem e o cidadão tem a chance de ser atendido sem ter o bendito papel na mão.

Esta semana o programa de rádio Universidade Aberta continua com a cobertura diária da greve dos servidores e professores da UFSC. São reportagens e entrevistas que informam o funcionamento de todos os setores da universidade durante a paralisação. O programa também tem quadros como "Na dúvida, pergunte", que esclarece no ar as dúvidas da comunidade sobre o funcionamento da UFSC. Para participar é só ligar para (048) 231-9529. O Universidade Aberta é um projeto de extensão feito por alunos do curso de jornalismo da UFSC e vai ao ar de segunda à sábado, das 7h45min às 8 horas, na rádio Barriga Verde.

Os sorteios, grande chamariz do comércio no auge do Plano Real, agora voltam à cena para tentar cobrir o rombo deixado pelos inadimplentes daquela festa. As lojas do grupo Koerich criaram uma promoção no mínimo inusitada: o devedor que pagar a conta em dia concorre a 12 automóveis Gol 0 km. Dos 240 mil carnês liberados pela empresa, 24 mil estão vencidos.



Gisele de Souza/ZERO

Tem mulher no gingado

Aos poucos elas estão invadindo as rodas de capoeira

As mulheres participam cada vez mais da história da capoeira. Hoje, de cada três alunos que começam a jogar, uma é mulher. Mas não foi fácil para elas em conquistar este espaço. Segundo o professor de capoeira Corvo, uma mulher para ser considerada capoeirista tem que suar bastante. A discriminação das mulheres em uma roda de capoeira está se tornando coisa do passado. Redna, 23 anos, treinou capoeira durante um ano e meio. Ela conta que já viu muitos meninos se aproveitarem da falta de habilidade de algumas garotas para lhes passar rasteiras. Mas também fala que a maioria dos homens incentiva as mulheres a entrar nas rodas e jogar. Redna parou de treinar, mas sempre

que vê uma roda fica com vontade de jogar. "quando escuto música de capoeira parece que alguma coisa no meu sangue me faz gingar." A capoeira é uma coisa mística, tem uma magia que enfeitiça quem joga. Juliana, 14 anos, que treina há apenas um mês, pretende jogar capoeira por muito tempo, "gosto da energia da capoeira". A capoeira não é só uma luta, "a capoeira é jogada com o corpo e o espírito", diz o professor Corvo. A mulher quando entra na roda é para mostrar toda a beleza de sua ginga e não para brigar. Na época da escravatura as mulheres não jogavam capoeira. Elas só participavam do coro e batiam palmas, enquanto os homens jogavam na roda. A capoeira nasceu da necessidade dos negros em se

defender dos brancos. Mas as mulheres tinham a sua própria maneira de se defender. O professor Corvo conta que as escravas envenenavam a comida dos senhores de engenho ou matavam o homem branco na cama, com uma mordida na jugular. Com o fim da escravidão muita coisa aconteceu à capoeira. Ela foi proibida e sua prática só foi liberada no governo de Getúlio Vargas. Mesmo assim a capoeira só podia ser praticada dentro das academias. Na década de 40, mestre Bimba da Bahia tinha em suas rodas um coro só composto por mulheres. Mas foi só na década de 50 que elas começaram a jogar. Uma capoeirista baiana tornou-se uma lenda. Ela ficou conhecida como Maria Doze Homens, porque ganhou de doze homens no jogo da capoeira. Hoje existem no Brasil três mestras de capoeira. Duas são da Bahia e uma do Rio de Janeiro, conhecida como mestra Sueli Cota. Ela define a capoeira como um presente de Deus a todos aqueles que amam de verdade. Alerta: querem acabar com o grupo de capoeira da UFSC. Dizem que quem joga capoeira é marginal. Porém poucos sabem que a maior parte dos alunos é estudante da própria universidade. Além disso não é preciso ter muita cultura para saber que capoeira acima de tudo é uma arte.

Andrea Marques



Arte: Michelson Borges

Colaboração:

Agecom, Apufsc,

Jaime Luccas, prof.

Carlos A. A. Vieira

(carta aos

parlamentares), prof.

Francisco Karam, prof.

José Gatti, prof. Paulo

Brito (animação)

Copy-writer: Carlos

Locatelli

Diagramação: Clayton

Wosgrau, Christina

Valadão, Gabriela

Veras, Gisele de

Souza, Mário

Cavalheiro, Pablo

Claudino, Sandra

Vieira

Edição: Alessandra

Mathyas, Clayton

Wosgrau, Gladinston

Silvestrini, Mauricio

Oliveira, Pablo

Claudino, Paulo

Henrique de Sousa,

Sandra Nebelung

Editoração Eletrônica:

Pablo Claudino

Fotografia: Bárbara

Petres, Christina

Valadão, Daniela

Queiroz, Gisele de

Souza, Laura Tuyama,

Sandra Vieira

Lab. Fotográfico:

Daniela Queiroz,

Sérgio Paiva

Montagem: Gladinston

Silvestrini, Pablo

Claudino

Sec. gráfica: Pablo

Claudino

Sec. de redação:

Clayton Wosgrau,

Sandra Nebelung

Textos: Alessandra

Mathyas, Alexandre

Winck, Aline Cabral,

André Barbosa, Andrea

Marques, Christina

Valadão, Clayton

Wosgrau, Cristina

Gomes, Gladinston

Silvestrini, Joice

Sabatke, Luis Carlos

Festl, Marcela Corneli,

Paulo H. de Sousa,

Patrícia Moser, Sandra

Vieira, Tatiana Ramos

Supervisão: Carlos

Locatelli

Dinheiro não é problema

Santa Catarina supera Paraná gastando aproximadamente R\$ 23 milhões em publicidade

O governo do estado de Santa Catarina poderá gastar, somente neste ano, 22,9 milhões de reais em propaganda. O valor consta do edital de concorrência 01/95 do dia sete de abril, que estabelece as normas da licitação para selecionar as agências de publicidade responsáveis pelas contas oficiais. Se o governo de Paulo Afonso Vieira não usar toda a verba poderá evitar a burocracia de uma nova licitação em 1996, prorrogando os contratos que forem assinados até cinco anos, conforme regulamentação do edital. O estado do Paraná, com uma população de 8.443.299 habitantes - quase o dobro da catarinense (4.538.248) - e uma arrecadação de impostos girando na casa dos US\$ 556 milhões (dados de 1992) - 210 milhões a mais que Santa Catarina - resolveu economizar com publicidade. Vai dispensar para isso 20,6 milhões de reais. Aproximadamente 2,3 milhões a menos que o governo catarinense.

A verba agitou o mercado de propaganda, as rádios, as televisões e os jornais. Em 1994 as verbas publicitárias foram cortadas no primeiro decreto do então governador Antônio Carlos Konder Reis. "Até que enfim vamos ter um bom material para trabalhar", festeja Daniel Araújo, presidente do Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina e dono de uma delas, a DR

Araújo Propaganda. Ele acredita que é mais vantajoso ao contribuinte saber onde está sendo aplicado o dinheiro público do que vê-lo ser desperdiçado em obras de utilidade suspeita.

O ex-governador Antônio Carlos Konder Reis tem um ponto de vista mais rígido que Daniel quando se discute verbas publicitárias. Quando assumiu o governo no final de março do ano passado, Konder Reis cortou o que pôde da propaganda oficial, limitando em cinco as campanhas publicitárias durante os nove meses que governou o estado. Isso o ajudou a cobrir, no final de sua gestão, em apenas 45 dias, quatro folhas de pagamento. "Não acho que a Casan e a Celesc, por exemplo, possam ter direito à publicidade, pois não concorrem com ninguém, possuem um monopólio", opina o ex-governador. A Celesc e a Casan vão gastar em publicidade neste ano, respectivamente, 1,5 milhão e 1,3 milhão de reais.

Sérgio Vieira da Veiga, consultor jurídico da Secretaria de Cultura e Comunicação Social (Seccom), órgão que centraliza os 22,9 milhões de reais, justifica o volume da verba. "O Distrito Federal, que tem uma economia e uma população menores do que Santa Catarina, vai gastar em torno de 21 milhões de reais com propaganda", afirma Sérgio. Ele também reclama dos preços dos anúncios. Se-

Torneiras abertas

ÓRGÃO	VALOR EM R\$
Sistema BESC	5 milhões
Celesc	1,5 milhão
Sec. da Fazenda/Ciasc	1,4 milhão
Casan	1,3 milhão
Sec. da Saúde	1,1 milhão
Codesc	1 milhão
Badesc	1 milhão
Sec. da Justiça e Cidadania/Procuradoria da Justiça	320 mil
Sec. da Segurança Pública	300 mil

Fonte: Edital de Concorrência 001/95

gundo ele, um edital padrão de oito centímetros de largura por dez de altura publicado na *Folha de São Paulo* custa R\$ 30.240,00. ZERO checkou a informação com o jornal e obteve uma quantia quase dez vezes menor: R\$ 3.438,80. Ainda de acordo com os números do consultor jurídico da Seccom, um balanço patrimonial de quatro páginas publicado na *Gazeta Mercantil* custaria aproximadamente 200 mil reais. No *Diário Catarinense* - informação checkada por ZERO - esse mesmo balanço custa, em média, 8,5 mil reais.

Neste ano o governo vai licitar a publicidade de 51 órgãos da administração direta (secretarias, fundações, autarquias) e indireta (empresas públicas, sociedades de economia mista), divididos em 19 lotes. Cada lote tem o seu valor estipulado. O mais cobiçado é o do sistema financeiro BESC, que vai poder gastar 5 milhões de reais. Nesse caso geralmente os contratos são prorrogados, porque costuma

sobrar dinheiro. O lotes da secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da secretaria de Segurança Pública e da secretaria Extraordinária de Qualidade e Produtividade terão a verba mais minúscula: 300 mil reais cada um deles.

Até o início de maio, 47 agências de propaganda de Santa Catarina e três do Paraná e Rio Grande do Sul haviam pegado o edital de concorrência na secretaria de Cultura e Comunicação Social. A cada negociação feita com um veículo de comunicação a agência responsável pela conta tem direito a 15% do total acertado. Ou seja, dos R\$ 22.920.000,00 da verba publicitária, R\$ 3.483.000,00 vão parar nas contas das agências de publicidade, que também decidirão quais os veículos que vão receber os outros R\$ 18.437.000,00. O resultado da licitação sai no final deste mês.

Clayton Wosgrau

Professores em greve pelo país

De todas as classes profissionais, os professores são os que mais se manifestam contra o Plano Real. O magistério paulista permaneceu em greve por 34 dias, os professores federais pararam em 9 de maio e os da rede estadual de Santa Catarina estão em greve desde o dia 24 de abril.

Os grevistas dizem que já mobilizaram 70% dos cerca de 60.000 professores catarinenses. A força do movimento está no fato de que o governo deu reajustes desproporcionais para o funcionalismo estadual no mês de março: deixou o magistério com 2,68%; e os cargos comissionados com uma gratificação de até 90%. Assim o piso salarial de um professor para a jornada de 40 horas semanais é R\$ 215,00 e o máximo pago a um profissional em fim de carreira é R\$ 621,00. A isso pode-se somar gratificação por regência de classe que é de 40% para professores primários e 20% para quem dá aulas para o ginásio.

Sorteios - A maior parte do que a professora Ziléia Mendonça de Oliveira recebeu no dia 26 de abril sequer saiu do BESC. O pagamento de R\$ 627,00, equivalente a três meses de trabalho como professora primária de duas escolas estaduais, tirou a conta bancária de

Ziléia de um saldo negativo de R\$ 467,00. Ela é uma das 16.000 ACT's (professores contratados temporariamente) de Santa Catarina. Como muitos de seus colegas, recebeu o primeiro pagamento com três meses de atraso. Ziléia é titular de duas turmas da primeira série primária e ganha R\$ 300,00 mensais.

Enquanto trabalhou sem receber, ela teve o auxílio do marido para sustentar a casa. Ele é telefo-



Ziléia não deixa a profissão

nista da Casan e recebe R\$ 180,00 por mês. Para sobreviver com esta remuneração, eles teriam que comer menos que uma cesta básica e usar dois passes de ônibus por dia. "O BESC dá cheque especial para qualquer pessoa, assim nós conseguimos pagar as contas, depois o salário entra só para saldar o débito bancário", confirma Ziléia.

Há quem use outras alternativas para pagar as contas. Silésia Santiago é professora primária com formação universitária e dá aulas há 21 anos recebendo R\$ 358,00 por mês. Ela sorteia qual conta vai pagar naquele mês. "Eu vejo qual tem mais urgência e deixo as outras contas de lado, é o único jeito".

Silésia e Ziléia são professoras mal remuneradas e tem mais um ponto em comum: elas almoçam o que é servido como merenda num dos colégios em que dão aulas. A diretora, que prefere não ser identificada, faz esta concessão, que constitui um direito dos professores, uma vez que é servida a quantidade que sobra para as crianças. Nesta escola de Florianópolis, cerca de dez professores almoçam a merenda. Mesmo estando em pleno direito, os professores se vêem ameaçados de perder o almoço por politicagem de duas colegas ligadas ao governo do estado e que alme-

jam a direção da escola.

A professora de Português para o segundo grau, Tânia Francalacci Schambeck, também é chefe do Departamento de Língua Portuguesa do Instituto Estadual de Educação. Dá aula a 150 alunos e recebe R\$ 600,00 mensais. Ela tem licenciatura plena em Letras e 23 anos de magistério.

Mesmo assim ela acredita no Plano Real: "sem ele seria impossível imaginar como estaria a inflação hoje". Tânia pondera que o real "vive numa corda bamba", sensível às pressões de fortes grupos - empresários, industriais e atravessadores.

M.P., 33 anos, é professora de Português para o segundo grau, trabalha 40 horas semanais e recebe R\$ 249,00 mensais. Para complementar o orçamento ela vende chocolates, no mês passado esta atividade lhe rendeu R\$ 200,00.

Essa professora, que corrige mais de trezentas redações por semana, é mais uma daquelas que têm cada vez menos tempo para preparar aulas e corrigir provas. As professoras de Santa Catarina não têm creches para deixar seus filhos nem assistência odontológica pelo Ipesc - o precário instituto de previdência do estado.

Joice Sabatke

Faltam recursos para Beira-mar Sul

Projeto também depende de licença do Ibama

A Via Expressa Sul, obra que vai ligar o centro de Florianópolis diretamente ao sul da ilha, não tem ainda uma data para sair do papel. Apesar do entusiasmo do governo do estado, o projeto não conta com recursos financeiros suficientes nem com as licenças ambientais necessárias. O superintendente da obra, engenheiro Luciano Presta, explicou que a verba estava prevista no orçamento deste ano, mas foi vetada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso após a extinção do ministério do Desenvolvimento Regional, que havia liberado R\$ 12 milhões para o projeto. O contrato assinado em dezembro do ano passado entre o DER/SC e o consórcio CBPO (Companhia Brasileira de Projetos e Obras)/CNO (Construtora Norberto Odebrecht), vencedor da concorrência, prevê um orçamento de R\$ 28,3 milhões para a realização das primeiras três partes da obra, que foi dividida em seis etapas. Atualmente, o projeto conta apenas com a promessa de liberação pelo governo estadual de R\$ 200 mil mensalmente. "O governo estadual não tem condições de realizar as obras sozinho. Estamos buscando financiamento federal ou mesmo de entidades internacionais", esclarece o vice-governador e secretário de Transportes e Obras, José Augusto Hülse. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma alternativa, desde que o projeto seja provado na íntegra. Há também necessidade de recorrer aos recursos do BNDES para que a obra seja viabilizada.

A Via Expressa Sul começa com dois túneis escavados em solo e rocha, entre os bairros da

Prainha e Saco dos Limões, com cerca de 700 metros cada um. Depois dos túneis será feito um aterro hidráulico de aproximadamente 1200m² paralelo às avenidas Waldemar Vieira e Jorge Lacerda, que será protegido das ondas com os blocos de rocha provenientes da escavação dos túneis. A próxima etapa será o acesso à praia do Campeche, juntando-se a estrada que leva à praia à estrada do aeroporto. A quarta etapa da via compreende o acesso à UFSC pela intersecção de uma estrada no Saco dos Limões passando pelo bairro da Carvoeira. A quinta parte do projeto é o acabamento da estrada do aeroporto, com a construção de ciclovias e canteiros. Os viadutos serão a última etapa da via Expressa Sul.

Parte morta - Ao todo são 168 mil m² de pavimentação, 4.400 metros de bueiros e canais de drenagem e 450 metros de viadutos em concreto armado. A avenida seguirá o mesmo padrão da Beira-Mar Norte: duas pistas com três faixas de tráfego de 3,6 metros cada uma, canteiros central separador, acostamento interno, clovia e passeios externos.

A construção da via Expressa Sul, que tem prazo mínimo de conclusão estipulado em três anos, é imprescindível para o desenvolvimento da capital, segundo a Comissão de Fiscalização e Controle de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano e Rural, presidida pelos deputados estaduais Francisco Küster (PSDB) e Jandir Bellini (PPR). A avenida vai representar e possibilitar a internacionalização do aeroporto Hercílio Luz e conseqüentemente uma maior ligação da cidade com o estado e o resto do país. Existem ainda

benefícios comerciais e imobiliários, já que haverá maior valorização da área, considerada "a parte morta da ilha". O espaço em torno da via possibilita o surgimento de mini-estruturas urbanas, divididas em lotes de blocos comerciais e residenciais, cujos valores chegariam perto dos US\$ 500 milhões, quantia muitas vezes maior que o valor gasto na execução da via expressa.

O projeto de construção da via foi criado em 1972 junto com os projetos da Baía Sul e da Beira-Mar Norte. A realização da via, antes de ser aprovada, já causa euforia entre moradores, comerciantes e hoteleiros da região. Para Magno Uresta, gerente do Hotel Veleiros, a via aumentará o fluxo de turistas pela Prainha, Costeira e Saco dos Limões. "Atualmente, o turista encontra uma estrada estreita e cheia de buracos", reclama o gerente do hotel, um dos poucos da Baía Sul.

Estudos superficiais - Apesar das expectativas, a realização da obra esbarra em vários fatores. Segundo o engenheiro Luciano Presta, a draga já está enferrujando com a espera da resolução dos impasses. Fora os problemas financeiros, existem as dificuldades em conciliar o desenvolvimento com a preservação do ambiente. A maior polêmica se dá em torno da retirada de areia do banco do Tipitingas, próximo ao aeroporto, para a construção do aterro. Até agora não se chegou a nenhuma conclusão sobre o prejuízo que isso pode trazer sobre o equilíbrio da fauna próxima à região, pois os estudos feitos sobre o lugar foram considerados superficiais e insuficientes. O banco dos Tipitingas se encontra em área de preservação, protegida por lei federal como Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. Em razão disso, o Ibama está contratando estudos hidrodinâmicos e biológicos para analisar o funcionamento das correntes marítimas, das marés, profundidade e volume de areia. Apesar dos problemas, a Fatma resolveu conceder a licença prévia para agilizar os financiamentos. O superintendente do Ibama em Florianópolis, Gabriel Elkeuba, explica que a licença concedida é insuficiente para permitir o início das obras. Ele afirma que o Ibama e a Fatma só vão liberar a obra em comum acordo quando forem concluídos os estudos sobre os possíveis impactos que a construção da via poderia trazer ao meio-ambiente. Gabriel diz que existe ainda a necessidade de apresentar, através do projeto, outras opções de locais para a retirada de areia.

Fábio De La Corte, estudante de biologia que escreveu uma monografia sobre os manguezais da região, acha que a obra

pode causar prejuízos. Fábio explica que a retirada de grande quantidade de areia do banco deve mudar o fluxo da corrente marítima naquela área e que o banco tende a se regenerar ao longo prazo. Nesse período, outros depósitos de areia poderão se formar em outros lugares, inclusive perto da entrada do mangue do Itacorubi. Fábio, que também trabalha no projeto Nemar (Núcleo de Estudos do Mar), acrescenta que um outro problema pode aparecer. O depósito de areia e o constante movimento das obras provavelmente vão causar uma grande suspensão de partículas na água, dificultando a passagem da luz do sol e alterando a fotossíntese das algas naquele local. Isso afastaria algumas espécies da fauna temporária ou permanentemente. Apesar disso, o futuro biólogo é favorável à realização do projeto. "Antes de tudo, é preciso ter certeza que os métodos escolhidos são os menos prejudiciais ao equilíbrio do ambiente", completa Fábio.

Vãos perdidos - Existe na Assembléia um movimento para criar uma comissão permanente de todos os partidos para garantir os recursos necessários à obra. A idéia é do deputado Gilson dos Santos (PPR), que defende um melhor entrosamento entre o Ibama e a Fatma na definição da questão ambiental e uma decisão por parte do governo quanto ao início dos trabalhos. Para a líder do PT, Ideli Salvatti, a construção da via vai diminuir o número de acidentes de trânsito e desenvolver o turismo pouco explorado na região. Para a maioria dos deputados, o ponto mais crítico é o acesso ao aeroporto da capital, pois alguns deles já perderam vários votos por causa dos congestionamentos. As queixas dos políticos são fundamentadas com base nos dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF). Diariamente, cerca de dez mil veículos circulam pela única via de acesso ao sul da ilha, enquanto o sistema viário comporta apenas quatro mil veículos naquela região.

Se depender dos moradores que terão suas casas derrubadas para a passagem da via, a obra já está aprovada. Para essas pessoas - cerca de cinquenta famílias -, o governo garante ressarcimento total e assentamento aos moradores em conjuntos habitacionais que serão construídos com toda infra-estrutura às margens da via expressa. "Se tivermos a certeza de que nossas condições de moradia serão melhores, daremos total apoio à construção da via Expressa Sul", diz Jaime de Oliveira, presidente da Associação Amigos do Saco dos Limões.

Daniela Queiroz/ZERO



Via Expressa Sul vai desafogar o trânsito da região da Costeira

Pêssego em calda grego cria desemprego

O produto importado custa a metade do preço e ameaça a economia de Pelotas

Uma prática desleal de comércio internacional está prejudicando economicamente uma cidade de 300 mil habitantes no sul do Brasil. Localizada à 250 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Pelotas é responsável por 100% da produção nacional de pêssego em calda (enlatado), juntando em torno da economia pessegueira 17 mil empregos diretos nas 18 fábricas de conservas e 3.500 agricultores do meio rural.

Há dez anos, existiam 40 indústrias beneficiadoras e cerca de 12 mil agricultores cultivando pêssego. No ano passado, 4 das 18 indústrias de conservas da cidade não trabalharam deixando 2.300 desempregados e outros 6 mil - que trabalhavam temporariamente no período que vai da colheita até a embalagem - também sem emprego. As indústrias que trabalharam, utilizaram apenas 30% da capacidade instalada.

E como o pêssego é o carro-chefe da produção local, as indústrias que de carona também beneficiavam morango, abóbora, nectarina e aspargo estão deixando de comprar estes produtos dos agricultores locais. Segundo o Clube de Diretores Lojistas (CDL) de Pelotas, existia em torno do pêssego um círculo financeiro que sustentava, através dos pequenos e médios proprietários rurais e trabalhadores da indústria, o comércio da cidade. Durante a última campanha eleitoral dizia-se que Pelotas tem 50 mil desempregados, mas o Sindicato da Indústria de Doces e Conservas de Pelotas afirma serem 30 mil.

Presente de grego - O problema começou quando grandes indústrias - como a Cica - fecharam suas unidades em Pelotas. Porém aumentou, quando em 1990 a Grécia começou a exportar para o Brasil pêssego em calda que chega por US\$ 0,60 a lata/kg enquanto no comércio interno grego o custo da lata é de US\$ 2,00. No Brasil o custo industrial é US\$ 0,60, mas com todos os impostos o preço de custo fica em US\$ 1,30. Essa prática comercial que consiste na exportação de um produto abaixo dos preços praticados no mercado interno de origem do produto é chamado de *dumping*. E é considerado pelo GATT, organismo que regulamente as práticas comerciais entre os países, como comércio desleal.

A origem deste problema



está na Macedônia. A exemplo do que acontece na parte da ex-Iugoslávia, a outra parte - também bastante pobre - vem tentando desmembrar-se da Grécia. E por isso o governo grego juntamente com a União Européia, da qual faz parte, está subsidiando e ressarcindo os produtores rurais e fabricantes da Macedônia que exportam pêssego beneficiado a um preço inferior ao praticado no mercado interno grego. Como Pelotas, a Macedônia é cruzada pela latitude 32, ideal para o cultivo do pêssego em condições apropriadas de solo e clima. E por motivos de conservação, o local de cultivo deve ser o mesmo do de beneficiamento.

Segundo o Sindicato Rural de Pelotas, há cinco anos a safra de pêssegos do município foi de 54 mil toneladas/ano. Na safra 93/94 foi de 32 mil e na última (94/95) de 18 mil. Nos últimos 10 anos a produção de pêssegos subiu na Grécia de 30 milhões para 450 milhões de latas/ano. Em Pelotas foi em 91/92 de 29 milhões de latas e a importação de 3,9 milhões. Em 93/94 a cidade produziu 28,4 milhões de latas e o Brasil importou 8,5 milhões. No período 94/95 a produção brasileira ficou em 16 milhões enquanto a importação que ainda não encerrou-se durante este ano já ultrapassou ao número produzido no país.

As empresas (Cica, Arisco, Etti e Peixe por exemplo) que antes compravam as latas de pêssego em Pelotas e somente a rotulavam com o nome de seus produtos agora impor-

tam os enlatados que já vem da Grécia até com as respectivas marcas nacionais. Além do baixo preço do produto grego, estas empresas recebem dos exportadores o prazo de um ano para o pagamento. E pelo sistema de débito e crédito de impostos, as importadoras creditam na venda o mesmo valor que pagaram na compra com os impostos da importação.

Segundo o diretor do Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas, Amílcar Zanotta - que está organizando todos estes dados para o governo do Estado do Rio Grande do Sul tomar providências - o preço baixo dos pêssegos vai durar até a produção nacional desaparecer. Todos os países da União Européia, os Estados Unidos, Japão, Austrália e Argentina já protegeram seus mercados taxando a entrada do pêssego grego.

Processos - No Brasil, o Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas entrou com um processo no Ministério da Indústria e Comércio para provar a relação causal entre o problema (*dumping* e subsídio na exportação) e o dano (fechamento de indústrias). Em junho de 93, quando os Ministérios da Fazenda e o da Indústria e Comércio começaram a investigar o problema, o governo brasileiro colocou sobre o pêssego grego uma tarifa compensatória provisória por 4 meses. Acontece que terminadas as investigações e comprovado tanto o *dumping* como o subsídio na exportação, o go-

os prazos regulamentares do processo tomando permanente a taxa provisória sem avisar os gregos, o que é um erro processual. O governo brasileiro foi então chamado ao Gatt para explicações tendo que retirar o processo e a taxa. Em novembro de 94 o sindicato com apoio da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) entrou com novo processo no Ministério da Indústria e Comércio que ainda não foi analisado pelos técnicos brasileiros.

O desânimo no Sindicato Rural de Pelotas reflete-se na queixa de seu presidente, Júlio Honório da Silva: "Os produtores rurais não estão conseguindo vender o pêssego e outros produtos paralelos com lucro, e estão deixando a agricultura porque não têm mais o que plantar." Segundo Honório, como o solo e clima de Pelotas é encontrado na Argentina e Uruguai, onde os recursos e assistência técnica são superiores, os agricultores da região não tem condições de concorrer no Mercosul. O Sindicato Rural vem notando que a alternativa para os agricultores tem sido o abandono do meio rural.

Se as importações de pêssego grego continuarem crescendo, como vem acontecendo, o Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas acredita que todas as indústrias de pêssegos fecharão. Prejudicando também a industrialização dos outros alimentos que vinham na "carona" do pêssego.

André Barbosa



Projetos de FHC não agradam e provocam manifestações em todo país

Dias contados para estatais

Trabalhadores mobilizam-se contra as reformas do governo

A CUT decidiu medir forças com o governo pela conquista da opinião pública da forma mais direta: greve. Mais do que reivindicações, o movimento grevista - concentrado no setor público - é um protesto contra as reformas constitucionais propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os trabalhadores das estatais pararam as atividades em resposta às ameaças de quebra de monopólios de setores considerados estratégicos da economia. Dos 50 mil petroleiros do país, 45 mil aderiram a greve. Já no setor elétrico, pararam 36 mil funcionários, dos 45 mil existentes. No setor de telecomunicações a paralisação não chegou a atingir 50%. Apenas 31 mil trabalhadores - dos 70 mil - pararam, segundo dados da CUT.

Os últimos capítulos da reforma constitucional demonstram que a ameaça das privatizações deve se concretizar em breve. A comissão especial da Câmara aprovou a emenda constitucional que quebra o monopólio das telecomunicações e acaba com a distinção entre empresas nacionais e de capital estrangeiro e a flexibilização do monopólio do petróleo. Neste último item, se o plenário do congresso ratificar a decisão da comissão, o Estado continuará com o monopólio do petróleo, podendo autorizar a exploração pelo capital privado. Já nas telecomunicações, o governo vai entregar toda a

estrutura construída com investimentos públicos, ficando apenas com a responsabilidade de regular a exploração.

Com a atual formação do Congresso, a aprovação das emendas que acabam com os monopólios é apenas uma questão de tempo. A oposição tem cerca de um quinto dos votos e o governo só precisa continuar alimentando os partidos que lhe dão sustentação. O PMDB também foi saciado com a nomeação do ex-senador Mauro Benevides para o cargo de Secretário dos Direitos da Cidadania do ministério da Justiça. Ele vai receber R\$ 5,2 mil para garantir a fidelidade de toda a bancada. O PMDB exigiu ainda a confirmação de Odacir Klein no ministério dos Transportes. O mais recente partido a embarcar no governo foi o PPR, que já quer puxar o tapete da ministra Dorothea Werneck, no ministério da Indústria e Comércio.

O presidente Fernando Henrique teve que apelar à prática fisiológica para aprovar reformas que pretendem mudar o modelo econômico que possibilitou o desenvolvimento da economia nacional, desde a década de 30. Por falta de uma elite empresarial que pudesse financiar os gastos com infra-estrutura, foi o Estado quem assumiu tal papel. "O processo de substituição de importações e o Estado desenvolvimentista impulsionaram o recente desenvolvimento econômico e a industrializa-

ção do país", escreveu o economista Aloisio Mercadante. Esse modelo sofreu o impacto da terceira revolução industrial, formado pelo desenvolvimento da tecnologia, que promoveu a globalização do processo produtivo e a formação dos blocos econômicos. "A saída que o governo apresenta à nação se reduz na privatização da mais importante base mineral do País, a Vale do Rio Doce, além da flexibilização dos monopólios do petróleo e telecomunicações. Isto é a desarticulação dos sistemas básicos da infra-estrutura econômica, determinantes para a competitividade", explicou Mercadante.

É essa a questão que está na ordem do dia. E objeto das discussões entre a esquerda e a direita, por mais que estes conceitos se confundam. O deputado Carlitto Meres (PT) é irônico: "nós somos os atrasados. 'Muderno' é o Antônio Carlos Magalhães, o Marco Maciel, Jorge Bornhausen e José Sarney, que sempre estiveram no governo e são responsáveis pela situação do país".

Temendo que o ímpeto privatista dos "mudernos" possa atingir o ensino público, os professores universitários também aderiram à greve convocada pela CUT. A principal briga é contra a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro. Na UFSC, a adesão não chega a 30%.

Paulo Henrique de Sousa

Quais são as propostas do Planalto

Com a justificativa da contenção de despesas e da necessidade de investimentos em saúde, educação e outros serviços básicos à população o governo pretende privatizar ao máximo as empresas estatais e diminuir o conjunto de benefícios da previdência social. Todas as siderúrgicas estatais já foram privatizadas e a meta do governo para este ano é que os setores de telefonia, energia, de aço e petróleo sigam o mesmo caminho. A educação também sofrerá sérias alterações se o substitutivo DARCY-MEC-IV for aprovado pelo Congresso nesta semana.

Privatização - Antes mesmo do presidente Fernando Henrique tomar posse, as siderúrgicas Usiminas, Acesita, CSN, Aços Finos

Piratini e outras quatro já haviam sido privatizadas. Para este ano o governo pretende abrir concessão ao monopólio da Petrobrás além da telefonia e energia e a total privatização da companhia Vale do Rio Doce.

Educação - Existem no Congresso dois projetos para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Um é o substitutivo Cid Sabóia e o outro é o projeto DARCY-MEC-IV. Além disso o governo lançou a Medida Provisória 938 que entre outras coisas prevê uma prova a todos os formandos com a finalidade de avaliação da qualidade da escola. A nota do aluno neste teste não impede o recebimento do diploma.

Previdência - As reformas propostas pelo governo extinguem alguns dos principais benefícios e muda radicalmente outros. A aposentadoria não será mais por tempo de serviço ou proporcional, mas por idade. Não existirá mais diferença de idade entre homem ou mulher e trabalhador rural ou urbano para a aposentadoria como acontece atualmente. Não será mais permitido o acúmulo de aposentadorias, a criação de institutos estaduais e municipais de previdência social com regras próprias. Idosos e deficientes físicos também não terão mais direito ao pagamento de um salário mínimo mensal, de acordo com as propostas do governo para a reforma constitucional.

Alessandra Mathyas

Fracassa greve na UFSC

Professores ignoram as assembleias e continuam em atividade

A maioria dos professores e servidores da Universidade Federal de Santa Catarina contrariou as decisões tomadas pelas assembleias de suas categorias e não entrou na greve iniciada no dia 9 de maio. O principal argumento de quem continuou trabalhando é que a greve é "política" e a pauta de reivindicações está descolada da universidade. No dia seguinte à deflagração do movimento, apenas a Agronomia e o Jornalismo estavam integralmente parados. Biblioteca Central, Hospital Universitário e o RU funcionavam normalmente. Na assembleia do dia 16, que reuniu apenas 196 dos 2019 professores filiados à Apufsc, 135 votaram pela continuidade do movimento. A avaliação é que a greve deva continuar, embora debilitada pela baixa adesão, até que o governo federal resolva o impasse com os petroleiros.

Um dia após o início da greve, a situação na UFSC era a seguinte:

Centro Sócio-Econômico: Os cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração não aderiram à greve. No curso de Serviço Social, apenas um servidor estava parado.

Centro de Ciências Jurídicas: No curso de direito não houve mobilização. No departamento de direito Processual e Prática Forense, dois servidores entraram em greve. O Fórum da Universidade funciona normalmente.

Centro de Comunicação e Expressão: Dos 40 professores do curso de letras apenas quatro pararam, além de alguns servidores. O curso de jornalismo aderiu à greve, mas os projetos de extensão, como o universidade Aberta, funcionaram normalmente.

Centro de Ciências da Saúde: No curso de Enfermagem, a decisão de greve ficou a critério de cada professor, mas como as aulas estão suspensas não se pôde ter conhecimento do grau de adesão. Os servidores trabalharam normalmente. No curso de Farmácia (Aná-

lises Clínicas), os professores optaram pela mobilização. Os servidores e professores substituídos não pararam as atividades. Nos cursos de Nutrição, Medicina e Odontologia o funcionamento foi normal.

Centro de Ciências Agrárias: O departamento de Engenharia Rural também funciona normalmente. Na Agronomia os professores optaram pela greve.

Centro Tecnológico: Nos cursos de Computação e em todos os departamentos de Engenharia não houve mobilização. No curso de Arquitetura e Urbanismo apenas um servidor não trabalhou.

Centro de Ciências Físicas e Matemáticas: Funcionamento normal dos cursos de Física, Matemática e Química.

Centro de Ciências Biológicas: No curso de Biologia, a adesão é parcial e ficou a critério de cada professor. Os servidores optaram pela greve.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Nos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Geo-

grafia, História e Psicologia a adesão é parcial.

Centro de Ciências da Educação: Os estudantes de Pedagogia organizaram um calendário de mobilização e vão realizar manifestações de apoio à greve. O curso de biblioteconomia não aderiu à mobilização.

Centro de Desportos: Nos departamentos de Educação Física, Metodologia Desportiva e Prática Desportiva apenas dois servidores pararam as atividades.

O Hospital Universitário e na Central de Segurança do Campus não houve paralisação das atividades. O Restaurante Universitário parou no dia 16 e a Biblioteca dia 17. O departamento de Administração Escolar (DAE) também optou pela paralisação.

Tatiana Ramos
Colaboração: Marcela Corneli



Apenas 1% da comunidade universitária compareceu na primeira assembleia conjunta de professores, servidores e alunos

Campanha defende universidade pública e gratuita

Uma campanha nacional em defesa da universidade pública e gratuita vem sendo feita pelas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) de todo Brasil, ameaçadas com a nova política educacional em tramitação no Congresso Nacional.

Entre outras questões, prevê a redução de investimentos públicos pelo Governo Federal nas universidades e o fim da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nessas instituições.

A UFSC está implementando uma programação com atividades que vão desde palestras nos cursos de graduação à cobrança pública da posição de cada deputado e senador de SC a respeito das questões educacionais. A intenção é fazer com que alunos, professores, servidores e sociedade em geral se posicionem frente

às decisões parlamentares e contribuam na defesa do caráter público da instituição.

Essa campanha da IFES pretende mostrar também, através de dados, a contradição de constantes críticas direcionadas às universidades federais, como por exemplo, considerá-las lugar de jovens de famílias abastadas ou ainda que são instituições pouco produtivas. O recente estudo realizado no Fórum de Pró-Reitores Comunitários Estudantis, que mostra um percentual de somente 26% dos alunos como pertencentes à camada mais alta da sociedade, enquanto 25% originam-se da classe média e os 49% restante vem da classe baixa. No que se refere à qualidade e quantidade, a produção "deve ser avaliada pelos resultados obtidos na sociedade", como afirma

o reitor da UFSC e presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) Diomário de Queiroz. O Ensino Superior é citado ainda como burocrático e corporativista "Há falhas como em qualquer instituição, mas não vejo como solução a reestruturação das universidades, o que faltam são melhorias", completa o reitor.

Nesse sentido, a Andifes está desenvolvendo uma ação junto ao Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, propondo uma nova discussão sobre universidades, incluindo autonomia das instituições públicas (no que diz respeito a gestão e distribuição de recursos), qualidade (condições mínimas para obtenção da qualidade total do ensino) e análise do desempenho (através do Programa de Avaliação Institucional das

Sandra Vieira

Entenda a LDB

A Lei de diretrizes e Bases em tramitação no Congresso Nacional define os rumos da educação no Brasil. O primeiro projeto de LDB foi feito na década de 60 e definia praticamente questões políticas. Mais tarde com o golpe militar, houve uma reforma do ensino instituída pela lei 5692/71 que priorizava a formação técnica, profissionalizante e acrítica.

A partir de 1987 formou-se o fórum de defesa da escola pública, reunindo associações de professores, sindicatos docentes, a UNE, a SBPC e outras entidades da sociedade civil. Nesta época discutia-se na Assembleia Constituinte uma nova lei de diretrizes e bases para a educação. A partir de um projeto elaborado pelo então deputado Jorge Harge (PDT/Ba), o fórum organizou uma proposta de LDB encaminhada mais tarde para a Comissão de Educação da câmara dos deputados. Alguns dos principais dispositivos do projeto, conhecido no Congresso como "Cid sabóia", são:

- a contemplação do ensino primário, secundário e terceiro grau tratando todas as fases do ensino como um único processo;

- necessidade de um ensino adequado às condições regionais e com uma visão crítica da realidade;
- adoção de um padrão único de qualidade na educação com a finalidade de não acentuar as desigualdades sociais;
- valorização do ensino em língua indígena além de grupos étnicos;

- concurso público para magistério para todas as escolas e em qualquer setor.

A proposta deste projeto que mais sofreu oposição dos últimos governos foi a implantação de um Conselho Nacional de Educação indicado pela sociedade civil em substituição ao antigo Conselho Federal de Educação. A ideia é implantar no país um Sistema Nacional de Educação acompanhado pelo conselho, sendo uma parte do estado, mas autônomo aos governos. Todas as decisões normativas, como credenciamento de cursos, por exemplo, teriam que passar por este conselho.

A votação do projeto Cid Sabóia para a LDB foi se estendendo pelos anos, até que em 1992 surgiu do senado um novo projeto de lei do senador Darcy Ribeiro. Este projeto foi modificado e hoje o substitutivo do governo para a educação, DARCY-MEC-IV, pretende criar os "Centros de Excelência". De uma maneira geral esta proposta permite a cobrança de taxas escolares em todos os níveis, concede certificado de estudos superiores a quem cursar cinco disciplinas, reduz o ano letivo de 200 para 180 dias, acaba com a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão privilegiando financeiramente as melhores universidades, fere a isonomia salarial além de omitir o concurso público para magistério e a dedicação exclusiva.

Alessandra Mathyas

Papo-furado

Ineficiência e Socorro: "O Estado gigantesco, ineficiente e por vezes corrupto, não dá mais para ser subsidiado pela sociedade" - Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), presidente da Câmara dos Deputados.

No ano passado, o Banco do Brasil emprestou US\$ 300 milhões - a juros baixíssimos - para a VARIG - empresa privada -, que vai mal das pernas. A Caixa Econômica Federal, nos últimos anos, tem emprestado algumas centenas de milhares de dólares para que a rede Globo de Televisão construa cidades cenográficas. Os juros são também subsidiados, ao contrário daqueles cobrados do contribuinte.

A VASP, ex-estatal de São Paulo, foi privatizada para resolver problemas como ineficiência administrativa, excesso de burocracia e funcionários e falta de lucratividade. Privatizada, todos os problemas e dívidas aumentaram. A VASP - agora empresa privada - pede novamente socorro ao Estado porque seus aviões correm o risco de serem confiscados. As pautas jornalísticas são fartas para criticar e defender a privatização e/ou fechamento de agências do BB e da CEF, mas tímidas em mostrar os problemas da privatização, como o caso VASP.

Contradições

Cinismo: "Numa democracia, liderar não é impor, mas vencer" - Fernando Henrique Cardoso. No último dia 28, FHC exonerou José Machado Sobrinho, diretor da Petrobrás, por ter criticado a privatização da estatal.

O fantasma: Cid Moreira, apresentador do telejornal mais visto no país, denuncia seguidamente na TV funcionários fantasmas do governo e das estatais. O próprio Cid Moreira, que trabalha há mais de 25 anos na rede Globo, aposentou-se no início de 95 pela TV Educativa do Rio de Janeiro, ganhando 1.200 reais mensais e sem jamais ter trabalhado lá em todo o período da Globo.

Silêncio total no jornalismo global. Censura: O projeto Tamar/Ibama, reconhecido mundialmente por salvar da extinção as tartarugas marinhas, recebe apoio da Petrobrás. Nas entrevistas que dão aos repórteres da rede Globo, os pesquisadores da equipe Tamar são orientados a retirarem as camisetas com a inscrição "Apoio Petrobrás".

Gam recupera 50% dos viciados

Grupo de apoio mútuo integra dependentes com esportes e aulas

O gaúcho Dilceu Brizola, 39 anos, tinha uma vida estruturada. Era casado, pai de dois filhos e estava empregado numa granja no Rio Grande do Sul. Esta estabilidade profissional e familiar começou a ser abalada quando Dilceu perdeu o controle sobre o consumo de álcool, aos 23 anos, chegando a beber um litro de cachaça por dia. A situação piorou com o falecimento da esposa, há três anos. Dilceu mergulhou na depressão e no álcool, que resultou na perda do emprego, carro, terras e casa, tudo gasto com bebidas e mulheres. Viveu na rua por dois anos, pouco comia (chegou a ter 40 kg sendo que o seu peso normal é 68kg) e consumia cerca de cinco litros de cachaça diariamente.

Brigas com a família, discriminação social, perda do emprego e de bens, iniciação no roubo. É o chamado "fundo do poço" no qual uma pessoa drogada pode chegar. Muitas vezes é só nesse momento que a droga passa a ser vista como vilã e o doente procura a ajuda de entidades e grupos especializados. Dilceu foi encaminhado pelo irmão ao centro de tratamento de São José e começou a frequentar o Grupo de Ajuda Mútua (GAM), que funciona desde 1992 nas dependências da UFSC. Agora, há um ano sem ingerir bebidas alcoólicas, ele espe-

colha que é dada ao dependente entre usar ou não usar drogas. Os tratamentos tradicionais, que obrigam o paciente a permanecer em local fechado, proibido de usar drogas, são eficientes só enquanto o indivíduo está trancado na instituição, diz Wilson.

Em 1987, profissionais do setor pessoal, médico e de enfermagem da universidade constataram a ausência de atendimento especializado aos dependentes de drogas. Estima-se que 10% da população brasileira tenha algum problema de dependência e que 34% dos estudantes da universidade usem ou já usaram algum tipo de droga. Para

usava cocaína injetada. Nesse período tentou o suicídio duas vezes, uma após ingerir cocaína e outra bêbado. Há dois anos André frequentou o GAM, mas abandonou o tratamento. "Eu precisava sofrer mais", diz. Agora está há um mês no grupo.

A maioria dos dependentes procura as drogas para fugir de problemas, diz A. S., 24, dependente cruzado que está no GAM há um mês. "Nós devemos encarar a vida como ela é, sem fugas. Porcurar as drogas para fugir de um problema é ter dois problemas", conclui. A.S. era a favor da legalização da maconha, mas hoje reco-

tem que abandonar o meio onde vivia.

Essa susceptibilidade a recaídas deu origem a certas diretrizes do grupo: não andar desacompanhado, não comparecer às reuniões após o uso de drogas ou portando-as e a preferência por pessoas que procuram o tratamento pela própria iniciativa". A recaída é pior, dá mais depressão", diz A.N.R., 19. Dependente de maconha e cocaína, começou a fumar com os amigos surfistas aos 13 anos. O fim de um namoro de cinco anos contribuiu para o aumento de consumo de cocaína. A.N.R. já havia frequentado o grupo por duas semanas,

8

ZERO
MAI
95



Psicólogas também atendem HIV positivo

ra a cura de uma poliomielite nas pernas, causada pela falta de circulação sanguínea em função do álcool, para voltar a trabalhar.

Os resultados obtidos pelo GAM são motivo de orgulho para o Dr. Wilson Kraemer de Paula, professor aposentado do Departamento de Enfermagem da UFSC e coordenador do GAM. Em três anos, foram recuperadas 36 pessoas e outras 24 reintegraram-se à sociedade, de um total de 128. Desses, apenas seis voltaram à dependência. "Quase 50% de recuperação. É um índice alto comparado a outros métodos", diz Wilson, que deve essa vitória à convivência dos doentes com o ambiente sadio da universidade, somada à liberdade de



Encontros reúnem viciados em todos os tipos de drogas e também pessoas saudáveis

atender à comunidade em geral foi criado no mesmo ano o Serviço de Atendimento às Necessidades Psicossociais (SANPS), e para os estudantes foi criado um programa de prevenção, com palestras realizadas semestralmente. Alguns universitários se interessaram pelo assunto e, em 1989, formaram o Grupo Alternativo de Estudo dos Problemas das Drogas (GAEPD).

Wilson diz que o grupo era formado somente por "caretas" interessados no estudo aprofundado do assunto, até que um drogado começou a frequentar as reuniões semanais, iniciando um confronto entre doente e saudáveis. O professor diz que esse convívio fez o doente enxergar o quanto a vida de dependente é ruim. A recuperação dessa pessoa, com sua opção pela vida sem drogas, trouxe ao grupo a conclusão de que o ambiente sadio da universidade é terapêutico na recuperação de dependentes. Disso nasceu o GAM.

O grupo é frequentado por muitos "dependentes cruzados", pessoas que utilizam várias drogas ao mesmo tempo. André Aloísio de Souza, 25, filho de pai alcólatra, começou aos 14 anos bebendo com amigos. O emprego de garçom facilitava o consumo de álcool e maconha, droga que experimentou com os colegas aos 18 anos. Dois anos depois, experimentava cocaína com uma namorada. "Tive medo da overdose, mas gostei", conta. Aos 22 já

nhece que essa droga é o estopim de um processo auto-destrutivo. "O começo é gostoso, mas onde se encontra a maconha estão as outras drogas", conta. Os pacientes fazem reflexões sobre esse cotidiano e destino da vida dependente das 8h às 18h nos primeiros meses em que participam do Gam. Depois passam a ocupar esse tempo com práticas desportivas, participando de aulas na universidade, palestras e outras atividades. "O ideal é não isolá-los. A sociedade não deve ter medo dos drogados em recuperação e sim dos que estão soltos na universidade", diz Wilson.

João Carlos dos Santos, 40, começou a estudar informática este mês. Uma experiência fascinante após uma vida de tráfico e uso de drogas. João experimentou maconha pela primeira vez aos oito anos. Seus familiares, traficantes de Manaus, deram acesso às outras drogas, como cocaína, LSD, heroína e morfina. Passou dez anos preso por tráfico, quando afundou mais na dependência devido ao intenso comércio de entorpecentes que havia na cadeia. João foi solto há um ano e frequenta o Gam há um mês e meio. "Procurei ajuda porque estava muito violento e não fazia mais nada sem drogas, nem sexo", explica. Com 15 dias de tratamento, ofereceram-lhe cocaína como pagamento por tráfico e João não resistiu. Hoje reconhece que está doente e sujeito a recaídas, por isso

mas largou o tratamento julgando estar curado. Recaiu na segunda vez que viu a droga. Agora está há dois meses em abstinência no GAM.

Para auxiliar a separação do meio das drogas, o GAM iniciou em 94 um programa de moradia, dispondo duas casas que contam com 18 leitos. A atenção sobre o residente é de 24h. O direito à pensão dura seis meses, tempo necessário para a "colação de grau" do grupo, quando o doente passa a ser considerado recuperado. Wilson acredita que o método pioneiro de uso da universidade como ambiente terapêutico pode servir de modelo: "Várias entidades, inclusive estrangeiras, já nos visitaram para observar o tratamento, que vem trazendo reflexos no comportamento que a comunidade universitária dispensa aos dependentes", diz.

Dois processos administrativos, devido a faltas pelo consumo de bebidas alcoólicas e drogas, quase levaram Egidio das Luzes Filho, 36, ao destino da maioria dos dependentes. "Se tivesse perdido o emprego, perderia minha família também. Iria afundar nas drogas e no roubo", diz Egidio, servidor do Departamento de Saúde Pública da UFSC. O segundo processo foi arquivado depois que o funcionário entrou para o GAM, há dez meses. Hoje está recuperado e reintegrado, frequentando o grupo apenas para "manutenção".

Cristina Valadão

Elas continuam apanhando

Em média, seis mulheres por dia registram queixa na 6ª DP contra as agressões dos maridos

A violência contra a mulher aumentou 14% em Florianópolis nos três primeiros meses do ano em relação a 1994. Até o dia 23 de abril, foram registrados na 6ª DP (Delegacia de Proteção à Mulher e ao Menor) 651 casos de agressão, em média seis por dia. Em 1994, no mesmo período, 574 mulheres apresentaram queixas. Segundo a delegada Madge Branco, em 1994, ocorreram 1864 denúncias, o que corresponde a uma média assustadora de cinco mulheres por dia procurando ajuda na 6ª DP.

Um dos casos mais chocantes registrado em março deste ano, foi o de um bebê com apenas dois meses que sofreu lesões em todo o corpo, quando estava no colo da mãe no momento em que o marido a espancava. A menor sofreu lesões superficiais na cabeça, nas mãos, nas pernas e nos pés.

No dia cinco de março, o vigia de uma escola do centro, Manuel Paulinho Bitencourt, 48, espancou a mulher, Laureci Pereira do Nascimento, 38, e a filha, J. B., 2 meses, que estava no colo da mãe. O vigia chegou em casa bêbado, às 13h30min, e irritou-se ao saber que Laureci não havia preparado o almoço. A mulher, conhecendo o temperamento violento do marido, pegou no colo

a filha mais nova do casal, usando-a como um escudo para evitar a agressão. Muito transtornado, Manuel pegou um fio elétrico e começou a bater na mulher e na filha. Para conter a fúria do marido, Laureci correu para fora de casa aos gritos pedindo a ajuda dos vizinhos. As vítimas foram socorridas por um sobrinho de Manuel, que abraçou Laureci protegendo-as.

Tranqüilizado o agressor, Laureci procurou a delegacia de Proteção à Mulher e ao Menor para apresentar a queixa. Segundo ela, o marido já a espancou pelo menos cinco vezes, inclusive durante a gravidez do primeiro filho. Na época, Laureci saiu de casa logo após o nascimento do filho, J. P. B., hoje com quatro anos. Ela acabou voltando devido às promessas do marido de largar a bebida. Nada mudou. Laureci continuou a ser constantemente agredida com socos, pontapés, mordidas e até mesmo com um martelo.

Pela primeira vez Laureci procurou ajuda na 6ª DP. Manuel Paulino Bitencourt foi detido e o menor, J. P. B. ficou sob os cuidados do S.O.S. Criança durante seis meses. No entanto, os pedidos de perdão fizeram Laureci mudar de decisão, voltar para a casa e recuperar o filho.



Sandra Vieira/ZERO

Laureci e a filha: surra de martelo, socos, pontapés e mordidas

Por enquanto o inquérito continua em andamento. Na quinta-feira passada, o vigia trancou a mulher no banheiro e ameaçou-a de morte. "Ele só vem para casa para ter relações sexuais, não traz dinheiro, comida e nem ao menos se preocupa com os filhos", disse Laureci, sentada na sala de espera da 6ª DP, enquanto amamentava a filha, agora com quatro meses.

Natural de Paulo Lopes, Laureci veio a Florianópolis procurar emprego quando conheceu Manuel com quem teve

dois filhos e vive há cinco anos. Ela não quer se separar do marido, apesar de saber que ele também batia nas três ex-mulheres. "Eu queria ter uma família, mas escolhi o homem errado", admite Laureci. Segundo a assistente social da delegacia, Regina Maria Mendes, a vítima está recebendo um auxílio financeiro para poder cuidar dos dois filhos.

Marcela Corneli

Ovos são principal foco da Salmonela

Se os pais em geral já sentem nascer as rugas com as rotineiras diarreias e vômitos dos seus rebentos, o que dirão de 65 crianças de 0 a 5 anos com intoxicação alimentar de uma só vez. Isso aconteceu numa creche em Ibirama no último dia 23 de março. Os alimentos contaminados, nada mais eram que pratos como costela assada, salsicha crua e até leite.

A causa deste e de 98% dos casos do tipo registrados no estado é uma bactéria conhecida como salmonela. Ela ataca principalmente no verão e, somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, segundo dados da Vigilância Epidemiológica, ocorreram em Santa Catarina 19 surtos com 161 pessoas intoxicadas. Os números de 94, ainda defasados, dão conta de 68 surtos com 648 vítimas. Já segundo a Vigilância Sanitária, teriam havido 64 surtos com 2.296 intoxicados, mas pelo menos 30% desses surtos foram causados por outras bactérias, além de vírus.

Dos diversos tipos de salmonela, a que tem causado mais problemas ao homem é a *enteritidis*, que causa gastroenterite. Os sintomas são dores abdominais, febre, diarreia e, às vezes, vômitos. Existe o risco de morte por desidra-

ção, provocada pela diarreia, mas são casos raros. Quem corre mais perigo são as crianças - como as de Ibirama -, por terem o sistema imunológico ainda pouco desenvolvido, e os idosos, por tê-lo enfraquecido. A doença é detectada com um simples exame de sangue, fezes ou urina, e os resultados saem em três ou quatro dias.

A bactéria é encontrada naturalmente no intestino de animais, mas o principal foco de contaminação no estado tem sido os ovos de galinha. Isso porque às vezes a salmonela migra do intestino da ave para o ovário, contaminando o ovo. Por isso o maior risco vem do hábito de comer maionese caseira, feita com ovo cru.

A Vigilância Sanitária conseguiu em janeiro deste ano uma vitória contra os bares e restaurantes com a aprovação da portaria 001/95, que proíbe a produção e a comercialização de produtos alimentícios feitos com ovo cru. Embora a fiscalização tenha constatado que a maioria dos estabelecimentos vem cumprindo a portaria, ainda há o problema da má higiene dos funcionários. Em geral trabalham nos bares e restaurantes pessoas completamente despreparadas para manipular alimentos, com os cabelos à mostra, sem luvas, ou até

sem noções básicas de higiene, como lavar as mãos antes de mexer em comida.

Eles tendem a causar contaminação porque muitos são portadores assintomáticos da salmonela, isto é, possuem a bactéria mas não apresentam os sintomas. Também são fatores de risco temperaturas de 30 graus, comuns no verão da Ilha de Santa Catarina, além do forte consumo local de peixes e mariscos. Isso vem contribuindo para fazer da Grande Florianópolis um dos maiores focos de contágio do estado. Segundo a Vigilância Epidemiológica, cerca de 55% dos surtos do ano passado no estado ocorreram na 18ª Regional, que reúne 21 municípios, incluindo a Grande Florianópolis, Nova Trento e Palhoça.

Segundo Cleide Rosana Vieira Batista, professora de microbiologia de alimentos do Centro de Ciências Agrárias (CCA), a bactéria pode contaminar inclusive a água, embora a simples cloração seja uma medida preventiva suficiente. A contaminação direta de uma pessoa para outra é rara, mas pode acontecer, principalmente através de talheres e sanitários.

Cleide Rosana afirma que a infecção é tratada com antibióticos, mas segundo Roseli Ferreira Dias,

chefe do Serviço de Controle de Zoonoses da Vigilância Epidemiológica, geralmente o próprio organismo elimina a infecção em dois ou três dias. As duas também têm sérias controvérsias sobre os métodos de prevenção. A professora afirma que as temperaturas baixas matam a bactéria e, portanto, basta colocar o alimento contaminado na geladeira ou no freezer. Já Roseli Ferreira garante que o frio desses eletrodomésticos só deixa a salmonela inativa, mas assim que a comida é colocada em temperatura ambiente, a bactéria se reproduz e prolifera.

A chefe do Controle de Zoonoses afirma que a salmonela morre com a fervura do alimento numa temperatura acima dos 60 graus, ou pouco mais da metade do ponto de ebulição da água. As demais medidas preventivas são simples. Evitar alimentos de origem animal crus ou que sejam preparados com ovo cru, beber somente água tratada - clorada -, ou, na pior das hipóteses, fervida, e ter mínimos cuidados de higiene, como manter os talheres limpos. Uma faca que corta um alimento contaminado e em seguida é usada para cortar outro não-contaminado, pode passar a bactéria de um para outro.

Bactéria já intoxicou 161 este ano

Alexandre Winck

TV a cabo terá canais locais

Dinheiro vai ser fundamental para audiência da programação

Os telespectadores desavisados não vão demorar a perceber: nos anos 90, a TV a cabo está mudando radicalmente o modo de assistir televisão. Com dezenas de empresas de cabo-difusão proliferando-se oferecendo uma programação variada, os números da TV por assinatura se multiplicam e aumentam a mania do zapping, a troca convulsiva de canais. Além da transmissão de emissoras internacionais, a TV a cabo poderá surpreender muitos assinantes. A nova legislação determina a criação de canais com produções exclusivamente locais, o que pode implantar um novo tipo de regionalização da televisão no Brasil.

O número de assinantes cresce rapidamente desde o início dos anos 90, antes mesmo da aprovação da lei sobre a TV a cabo no final de 94. Segundo a *Folha de São Paulo*, de 26 de março, o número de assinantes da TV paga no Brasil deve crescer de 400 mil para 1,2 milhão em um ano. Antonio Athayde, diretor-geral da Net Brasil uma das maiores operadoras de TV por assinatura do país, estima, na mesma reportagem, que até o ano 2000 haverá 10 milhões de consumidores de TV paga em todo o país.

O marketing mais eficiente das empresas distribuidoras de TV a cabo parece ser o de frisar o preço e variedade de programação e de canais, superior aos sistemas por para-

bólicas. Enquanto empresas comercializam pacotes através de parabólica de 11 ou 6 canais, como é o caso da Globosat e da TVA, com custos de instalação em torno de mil reais, pelo sistema de TV a cabo o usuário recebe até 20 canais, além dos locais, ao preço de instalação de R\$ 120,00. Isso está satisfazendo boa parte dos assinantes. Maria Conceição Aranha, 46 anos, estudante de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, conta que sua família assina a Multicanal desde outubro de 93 e considera a TV a cabo uma forma de adquirir cultura sem sair de casa. "Pensamos também em comprar uma antena parabólica e assinar a Globosat. Mas, como os canais locais deixariam de ser transmitidos, caso não fosse instalado um conversor - o que tornava os equipamentos mais caros -, então escolhemos a TV a cabo, que custou menos e nos deu mais opções."

Outros assinantes, como a dona-de-casa Vânia Coelho, 38 anos tem motivos inusitados para assinar a TV a cabo. "Resolvi assinar a Multicanal em princípio porque achava feio a antena interna da televisão e também porque eu e meu filho gostamos da variedade da programação, com os filmes e documentários".

Mas a disseminação das redes e dos canais de TV a cabo pode, alterar hábitos antigos dos telespectadores. Aureo Moraes, professor de Telejornalismo e chefe do Departamento de Comunicação da UFSC,

teme que um grande número de telespectadores abandone as informações locais e passe a se interessar exclusivamente pelas programações de redes mundiais, como a CNN. Outro risco, segundo Aureo, pode ser a dificuldade de operar os canais comunitários de forma democrática, já que apenas alguns grupos que produzem televisão dispõem de tecnologia, dinheiro e equipes para gerar produções com qualidade. "Pode acontecer a implantação de um canal chamado de comunitário que atenda ao gosto de uma minoria transmitindo leilão de tapetes persas", exemplifica.

Pode-se acreditar, dessa forma, que a TV a cabo deverá acentuar o caráter da chamada "neo-TV", definida pelo teórico da televisão Umberto Eco. A "neo-TV" teria começado a existir quando esta tomou a si mesma e aos seus participantes como tópicos. Um exemplo, citado por Eco, foi o casamento da princesa Diana em 1982, quando os cavalos da carruagem que levou a princesa receberam pilulas para que não fizessem suas necessidades durante a cerimônia, enquanto televisões do mundo inteiro transmitiam o evento.

Outro teórico da cultura pós-moderna, o americano Steven Connor, em seu livro *Cultura Pós-moderna* (Ed. Loyola), reforça essa visão. Ele acha que as novas tecnologias, desde o controle remoto e a TV a cabo até as concepções da futura

TV interativa, podem criar um mundo de simulações apartadas da referência ao real.

A regulamentação da TV a cabo no Brasil só entrou em vigor em 6 de janeiro deste ano mas representa, de certa forma, um passo adiante para a redemocratização das telecomunicações. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e pelo Senado em setembro e outubro do ano passado, resultado do trabalho de comissões parlamentares que estudaram o assunto com várias entidades. Representantes da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de alguns partidos políticos, por exemplo, criaram o primeiro Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação que acompanhou todo o trabalho que antecedeu a aprovação final, ao lado das representações dos setores políticos, da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert) e da Telebrás. Após a aprovação, empresas como a Net Brasil e TVA, que já vinham operando sistemas de TV a cabo, passaram a trabalhar sem problemas legais. Atualmente, segundo pesquisas recentes do jornal *Folha de São Paulo*, Net Brasil (um conglomerado de empresas formado pela Globo, RBS e Multicanal) e TVA (do grupo Abril) controlam mais de 70% das operadoras de TV a cabo de todo o país.

10

ZERO
MAI
95

Sucessos de vendas na capital

Em Florianópolis, os números da TV a cabo também impressionam. A Multicanal já possui 12 mil assinantes, num trabalho de pouco mais de quatro anos. O sucesso rendeu o prêmio "Top de Marketing 94" da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing - ADVB - de Santa Catarina.

Em 1990, a Antenas Comunitárias TV Cabo Comercial Ltda. se instalou em Florianópolis e em poucos meses vendeu 360 contratos de TV por assinatura. Como não havia nenhum tipo de legislação sobre a TV a cabo no Brasil, os 360 assinantes compraram apenas a promessa da instalação de um pacote com 20 canais num prazo de 18

meses. Receberam 11 canais em agosto de 91. Em 92, a TV Cabo associou-se à Multicanal do Rio de Janeiro e passou a constituir a Multicanal Florianópolis S.A.

Atualmente, a empresa oferece um pacote com 25 canais atendendo cerca de 40 mil telespectadores espalhados no centro e em 17 bairros da capital. O gerente comercial Marcelo Sobierajski dos Santos diz que a TV a cabo deverá se expandir com iniciativas empresariais e comunitárias. "Há a intenção da Multicanal de operar em outros municípios da Grande Florianópolis, como São José, caso seja divulgado um novo edital de concessões do governo federal e se consiga vencer a licitação. Também está nos planos a geração de um canal local a ser incluído no pacote de assinaturas". A empresa pretende negociar com entidades como Fundação Franklin Cascaes, Centro Integrado de Cultura, Secretarias de Turismo e da Cultura e Universidade Federal de Santa Catarina formas para produzir a programação. Um outro canal poderá ser gerado para a Assembléia Legislativa Estadual e para a Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Textos:
Luís Carlos Festl



Marcelo: planos para geração de um canal local

RBS compra campeonato

A RBS pagará US\$ 200 mil por ano para a Federação Catarinense de Futebol para transmitir com exclusividade os jogos do campeonato catarinense pela TV até 1998. Pelo contrato, a RBS transmitirá todo sábado o jogo mais importante da rodada em rede estadual. Além disso, as quartas e domingos dois jogos serão transmitidos por TV a cabo para as cidades de Florianópolis, Chapecó, Criciúma e Joinville.

Desse valor, 10% ficam com a federação, 15% com a Porta Voz Serviços de Comunicação - agência responsável pelo contrato - e o restante dividido entre os 20 clubes das séries A, B e C. Segundo Juarez Beltrão, vice-presidente da Porta Voz, o preço do campeonato foi definido por critérios que ele considera subjetivos. "O campeonato catarinense vale isso, pelo menos por enquanto", disse Beltrão.

O preço do comercial de 30 segundos durante os jogos está entre os três mais caros, de acordo com a tabela da RBS. Quanto aos patrocinadores, Teresinha Silveira, do planejamento comercial da emissora, diz que os que aparecem aos sábados tem contrato apenas com a rede Globo, pois o catarinense ocupa o horário que seria do campeonato paulista. Nas transmissões a cabo, o preço do comercial sobe. Neste espaço a RBS pode também ter os seus próprios patrocinadores,

como por exemplo, a Cecria e a Brahma. No entanto, somados os valores, percebe-se que o campeonato ainda não é tão rentável. Segundo informações do mercado, a RBS estaria interessada na possibilidade da multinacional Pepsi ser o patrocinador oficial do campeonato a partir de 96.

O presidente da FCF, Delfim de Pádua Peixoto Filho, acredita que o contrato é bom para os clubes e para a federação, devido a divulgação do campeonato. Diz ainda que a mesma proposta foi feita a todas as emissoras. Os clubes dividem US\$ 150 mil entre eles, mas o valor é irrisório. Juntos, poderiam comprar o passe do ponteiro Jairo Lenzi, comprado pelo Figueirense junto ao Criciúma. Desse valor deve sair ainda a porcentagem dos jogadores pelo uso da imagem.

A RCE, que tradicionalmente transmitia o campeonato, não esconde a sua mágoa. Apesar de reconhecer os direitos da RBS, Roberto Alves, chefe da equipe de esportes, lembra que em 94 a RCE também deveria transmitir os jogos aos sábados. No entanto, a maioria dos dirigentes só aceitavam jogar aos domingos, alegando que no sábado as rendas seriam menores. "Gostaria de saber porque este ano tudo mudou, apesar de saber de dirigentes que querem os jogos de volta aos domingos", diz.

Gladinston Silvestrini

Era uma vez uma princesa...

Trajatória de Carlota Joaquina serve de eixo para filme sobre história brasileira

Da mais alta janela da minha casa
Com um lenço branco digo adeus

Aos meus versos que pertencem para a humanidade

Eu não estou alegre nem triste

Esse é o destino dos versos.

Escrevi-os e devo mostrá-los a todos

Porque não posso fazer o contrário

Como a flor não pode esconder a cor,

Nem o rio esconder que corre,

Nem a árvore esconder que dá fruto.

Ei-los que vão já longe como que na diligência

E eu sem querer sinto pena Como uma dor no corpo.

Quem sabe quem os lerá?
Quem sabe a que mãos irão?

É citando o poeta português Fernando Pessoa que Carla Camurati melhor define seu novo trabalho: o longa-metragem *Carlota Joaquina - Princesa do Brasil*.

Sucesso de público, *Carlota Joaquina* conseguiu em apenas quatro meses de exibição o retorno na bilheteria dos 630 mil dólares investidos na produção do filme. Neste período o filme foi assistido por 520 mil espectadores estreando em apenas algumas capitais. Nas cidades de Porto Alegre e Salvador está sendo exibido em duas salas de cinema ao mesmo tempo. Na cidade do Rio de Janeiro chegou a passar em 9 salas simultaneamente. Quanto à venda dos direitos de transmissão para a televisão, Carla não aceitou as propostas das emissoras e doou o direito à TVE que transmitirá o filme na sua programação de fim de ano,

quando os contratos de exclusividade em salas de cinema terão terminados.

Quatro empresas estatais (Petrobrás, Telerj, Embratel e Banco do Brasil) e três privadas (Maratur, Transbrasil e Dom Vital) juntamente com o prêmio do concurso de Resgate do Cinema Brasileiro - categoria estreante, promovido pelo governo federal em 94, dividiram o financiamento do filme. Carla conta que agora, depois de terem hesitado em apoiar o filme, a Petrobrás realizará para seus funcionários debates e sessões especiais do filme.

Apaixonada por história, Carla procurou nos quase 500 anos de história brasileira um momento que pudesse transformar em filme. E encontrou a chegada da família real ao Rio de Janeiro como uma segunda descoberta do Brasil. Não uma descoberta geográfica, mas social. E viu que a vida da princesa Carlota Joaquina era suficientemente excêntrica e conturbada para servir de eixo e ponto de referência para a narrativa do filme.

Nos primeiros oito meses antes de escrever o roteiro, em parceria com Melanie Dimantas, ela pesquisou 14 livros de historiadores que, juntamente com manuscritos e jornais da época, serviram como fonte para mostrar uma história verídica sobre princesas e rainhas. Nos meses restantes, do roteiro à conclusão das filmagens, Carla continuou pesquisando.

Contextualizado na decadência do sistema monárquico europeu diante das idéias da Revolução Francesa, o filme mostra como a ameaça napoleônica obrigou o reino lusitano a fugir de seu território e povo em direção a sua colônia sulamericana. Tudo isto em meio a acertos políticos envolvendo a Inglaterra e



Sandra Veitral/ZERO

Carla Camurati acompanha estréias do filme

o submisso e confuso reino de Portugal. A situação portuguesa é agravada, como bem mostra o filme, com a morte de Dom José - herdeiro do trono - e a consequente loucura de sua mãe D. Maria I. O que obriga, inesperadamente, que o despreparado D. João VI, irmão de D. José, assumisse a coroa. D. João VI já era casado com a destemperada e fogosa Carlota Joaquina, que lhe fora prometida ainda criança num acordo entre Portugal e Espanha. A infanta espanhola, que apesar de ter apenas dez anos quando foi para Portugal casar com o infante João, jamais deixou de falar cotidianamente sua língua natal. O casal, e os 15 mil nobres da corte, viajam durante três meses sofrendo falta de água e comida em meio a tempestades e calmarias para um paraíso tropical conhecido como Brasil. Aqui a corte enfrenta situações completamente absurdas comparadas ao modo de viver europeu. O próprio casal real, desprezado em Portugal, foi aqui venerado pelo ingênuo

povo brasileiro. E através de Dom João VI e da princesa Carlota Joaquina, interpretados por Marco Nanini e Marieta Severo, o filme mostra os bastidores da então nova elite brasileira em contraponto com uma colônia de povo exótico, humilde e deslumbrado pela realeza.

Carla Camurati lamenta que o povo brasileiro não conheça a história de seu país: "nós vivemos repetindo os erros constantemente. Esse movimento neoliberal, por exemplo, essa idéia de privatizar tudo. A república brasileira começou com isso. Hoje é mais fácil privatizar do que moralizar, você se exime da responsabilidade. Não sou a favor de um estado pesado e lento, mas não acredito no pensamento neoliberal. E acho que perdendo o controle das estruturas de base como comunicação, petróleo e energia, você perde o controle do país. Se existe dinheiro mal empregado, gente ganhando absurdos, vamos suar para corrigir isto. Há cem anos o Brasil estava no mesmo movimento de virada de um império para república onde o importante era liberalizar. Como não temos conhecimento disto, parece que isso é a nossa salvação, que esse tipo de coisa a gente nunca tentou. Por causa destas coisas, é importante a gente conhecer nossa história".



A cineasta lamenta que o povo brasileiro não conheça sua história

11

Diretora já atuou em sete filmes

Carla Camurati estreou na direção cinematográfica em 88 com o curta-metragem *A Mulher Fatal Encontra o Homem Ideal*, melhor roteiro no FestRio Festival, melhor filme no Rio Cine Festival e prêmio Abraci no Festival de Brasília. Dirigiu em 90 outro curta: *Bastidores*. Em parceria com José Antônio Garcia foi roteirista de *Ele Me Bebeu* (91), e *O Corpo* (86), duas adaptações de sua maior influência literária, Clarice Lispector. No cinema, admira Luís Buñuel, Woody Allen e Federico Fellini. Atuou em sete filmes, como *Cidade Oculta* (85) de Chico Botelho e o recente *Lamarca - um Coração em Chamas* (93), do diretor Sérgio Rezende. Encenou peças como *Cartas Portuguesas* (91/92), direção de Bia Lessa, e também fez algumas telenovelas (*Champagne*).

DÊ UMA FORÇA À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Segundo o depoimento de professores da UFSC que estiveram em Brasília, a única força que está funcionando de verdade junto a deputados e senadores nesta revisão constitucional é o lobby. Ou seja,

pressão individualizada sobre cada um dos parlamentares. Todo deputado e senador, por exemplo, conhece o lobby do pneu usado importado, pois não faltam cartazes sobre o assunto espalhados pelos corredores do congresso e até dentro dos gabinetes de nossos parla-

mentares. Em defesa da universidade pública, porém, os professores da UFSC nada encontraram. Por isso, recorte esta carta, preencha e mande-a para um dos deputados federais ou senadores catarinenses abaixo, eleitos por você em outubro do ano passado.



Excelentíssimos Deputados e Senadores representantes de SC.

Senhores Congressistas,

Uma parcela significativa da comunidade universitária catarinense está perplexa e apreensiva com a orientação imprimida pelo governo Fernando Henrique Cardoso no seu desejo obsessivo de inserir o Brasil, a qualquer custo, na nova ordem internacional globalizada, ditada pelos países mais desenvolvidos do mundo.

Há apreensão também com o comportamento do Parlamento brasileiro, que parece esquecer seus compromissos básicos com o povo brasileiro. O Congresso está excessivamente atrelado aos projetos açodados do Governo, ao invés de sensibilizar-se com os contrastes sociais existentes no Brasil.

Estamos atentos a esses desvios. O Parlamento deve ser a caixa de ressonância da sociedade; deve ser o equilíbrio, a sensatez, diante das ações cooptadoras e autoritárias dos governos, mesmo aqueles eleitos democraticamente. Mas o que vemos hoje é o contrário de tudo aquilo que esperamos dos nossos representantes. No lugar de uma atitude de vigilância em relação ao Executivo, vemos a subserviência; no lugar das propostas para tornar a sociedade mais justa, com a erradicação da miséria, da fome, do analfabetismo, vemos um acordo pelo alto para a manutenção dos privilégios de uma "elite" que não se preocupa com o seu povo, pois está atrelada aos seus interesses privados travestidos de interesses públicos.

Não suportamos mais tanta ambigüidade. Os senhores terão que optar entre os interesses da maioria dos cidadãos e o desejo de uma minoria insaciável e predadora. Os senhores terão que tornar transparentes o seu discurso, eliminando os seus aspectos esquizofrênicos - uma fala para o público, através da mídia, e outra para o poder, nos labirintos dos Ministérios e do Palácio do Executivo.

Como cidadãos politicamente capazes, exigimos mais transparências nas suas atitudes e uma defesa intransigente dos nossos direitos conquistados com muita luta, como a manutenção da Universidade Pública, gratuita e autônoma; a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação, nos termos concebidos pela Câmara, através do trabalho do Deputado Cid Sabóia; manutenção do Regime Jurídico Único; pelo fim do "vestibular" de saída - Medida Provisória do Executivo - e pela rigorosa acuidade na alienação do patrimônio público.

Cordialmente,

Senadores

(Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900)

Esperidião Amin Helou Filho - PPR

(061) 224-8037 / 311-4206 / 311-4200

Fax: (061) 311-4207

Gab. 24 - Ala Nilo Coelho

Vilson Pedro Kleinubing - PFL

(061) 311-2041 / 311-2042 / 311-2044

Fax: (061) 311-2050

Gab. 05 - Ala Felinto Müller

Casildo João Maldaner - PMDB

(061) 224-5884 / 311-2142 / 311-2143

Fax: (061) 311-2150

Gab. 15 - Ala Felinto Müller

Deputados Federais

(Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900)

Edison Andrino de Oliveira - PMDB

(061) 318-5639 / Fax: 318-2639 - Gab. 639

Edson Bez de Oliveira - PMDB

(061) 318-5703 / Fax: 318-3703 - Gab. 703

Luiz Henrique da Silveira - PMDB

(061) 318-5209 / Fax: 318-2209 - Gab. 209

Valdir Colatto - PMDB

(061) 318-5662 / Fax: 318-2662 - Gab. 662

Rivaldo Antônio Macari - PMDB

(061) 318-5672 / Fax: 318-2672 - Gab. 672

Hugo Matias Biehl - PPR

(061) 318-5332 / Fax: 318-2332 - Gab. 332

João Alberto Pizzolatti - PPR

(061) 318-5306 / Fax: 318-2306 - Gab. 306

Mário Roberto Cavallazzi - PPR

(061) 318-5254 / Fax: 318-2254 - Gab. 254

Paulo Roberto Bauer - PPR

(061) 318-5718 / Fax: 318-2718 - Gab. 718

José Carlos Vieira - PFL

(061) 318-5713 / Fax: 318-2713 - Gab. 713

Paulo Gouvea da Costa - PFL

(061) 318-5325 / Fax: 318-2325 - Gab. 325

Paulo Roberto B. Bornhausen - PFL

(061) 318-5418 / Fax: 318-2418 - Gab. 418

José Fritsch - PT

(061) 318-5273 / Fax: 318-2273 - Gab. 273

Milton Mendes de Oliveira - PT

(061) 318-5715 / Fax: 318-2715 - Gab. 715

Antônio Serafin Venzon - PDT

(061) 318-5576 / Fax: 318-2576 - Gab. 576

Leonel Arcangelo Pavan - PDT

(061) 318-5711 / Fax: 318-2125 - Gab. 711